

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAVELAS CARIOCAS

Lucas Loureiro Maciel de Moura
No. de matrícula: 9915728

Orientador: Sérgio Besserman Vianna

Junho de 2004

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAVELAS CARIOCAS

Lucas Loureiro Maciel de Moura
No. de matrícula: 9915728

Orientador: Sérgio Besserman Vianna

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

Junho de 2004

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Celebro a Deus.

Que sejam permitidas as pedras rolarem.

“Quantos aqui ouvem os olhos eram de fé?”

- Zé Ramalho

Agradeço a Fernando Cavallieri, Adriana Vial e outros amigos do Instituto Pereira Passos que me ajudaram de várias maneiras.

Índice

1. Introdução.....	5
2. História das Favelas Cariocas.....	8
3. Crescimento do Município e das Favelas na Década de 90.....	12
4. Perfil Sócio-Econômico das Favelas Cariocas.....	18
4.1_ Tamanho das Favelas.....	18
4.2_ Tempo de Ocupação.....	21
4.3_ Relação das Favelas com a Área onde se Inserem.....	25
4.4_ Hiato de Educação.....	27
5. Conclusão.....	31
6. Bibliografia.....	34

1. INTRODUÇÃO

As favelas estão presentes em todas as partes do Município do Rio de Janeiro. Nelas estão localizados cerca de 17% dos domicílios e 19% da população carioca. Dos 5,8 milhões de habitantes do Município, 1,1 milhão são moradores de favelas de acordo com o Censo Populacional de 2000, realizado pelo IBGE.

As diferenças econômicas e sociais entre os habitantes das favelas e os moradores do asfalto são gigantescas. Enquanto o habitante das áreas formal tem em média 7,5 anos de estudo, os favelados tem 4,3 anos de estudo em média; esse indicador reflete a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Quanto à distribuição de riqueza as disparidades são ainda mais acentuadas. O rendimento domiciliar per capita médio nas favelas é de R\$ 207, nas áreas não-favela é de R\$ 856. Nos domicílios localizados em favelas moram em média 3,6 pessoas e 1,4% não possuem qualquer forma de esgotamento sanitário. No asfalto moram em média 3,1 pessoas por domicílio e destes apenas 0,3% não tem saneamento básico. Esses números se tornam ainda mais expressivos se lembrarmos que dentro do ambiente formal da cidade se localizam zonas de extrema pobreza, mas que não se enquadram na classificação das favelas. Vide o caso da região administrativa de Santa Cruz, na zona oeste do município, onde 12% dos cerca de 300.000 habitantes moram em favelas. O rendimento domiciliar per-capita médio das áreas não-favela é R\$260, enquanto nas favelas desta RA essa estatística é R\$171.

Em texto de Adalberto Cardoso, Peter Elias e Valéria Pero, “Parte II – Discriminação espacial: o caso dos moradores de favelas cariocas”, os autores procuram identificar a existência do “custo-favela”, que seria a discriminação dos moradores de favelas em termos de salário. Para tal, os autores realizaram a regressão do logarítimo do rendimento por hora com uma série de características individuais e concluíram que a variável “morar em favela” gera um efeito negativo no rendimento dos trabalhadores, o que aponta na direção da existência de discriminação contra os favelados. Porém uma variável muito importante não pôde ser incluída na regressão por falta de dados – qualidade do ensino. Então concluem os autores: “se fosse possível controlar a qualidade da educação e o efeito negativo nos rendimentos dos moradores de favelas persistisse teríamos evidência de que existe discriminação no mercado de trabalho contra esse grupo populacional”.

Sendo resultado ou não de discriminação é fato indiscutível a situação precária dos favelados. Porém, também entre favelas existem grandes diferenças quanto às condições de vida da população. É um engano pensar o universo das favelas como algo homogêneo. Esse fato, inclusive, dificulta enormemente a definição do conceito de favela.

Nesta monografia serão abordados vários aspectos das favelas cariocas.

No segundo capítulo será abordado um pouco da história das favelas, como surgiu no centro e como se espalhou pela cidade.

No terceiro capítulo o Censo 2000 é desagregado em RA's¹ para se traçar um perfil do crescimento das favelas, e como se distribuiu na cidade. Neste capítulo também será apresentado um estudo encomendado pelo Instituto Pereira Passos² ao ENCE para entender os componentes da taxa de crescimento do município ao longo da década de 90.

No capítulo seguinte vamos traçar um perfil das favelas cariocas segundo vários aspectos (ou ângulos):

1) tamanho das favelas - neste item as favelas são divididas em grupos de acordo com o número de habitantes e, em seguida, são analisadas estatísticas de renda e educação para os responsáveis pelos domicílios. Esse agrupamento das favelas em grupos só é possível de ser feito a partir do aplicativo Morei2000, disponível no banco de dados da prefeitura³, que desagrega informações do Censo 2000/População por favelas (a desagregação máxima do IBGE é por RA).

2) a partir de uma amostra de favelas existentes há muito tempo e outra de favelas pra cá da década de 80, selecionadas não aleatoriamente (foram selecionadas de acordo com a disponibilidade e compatibilidade de informações entre o cadastro do IBGE e o cadastro da prefeitura⁴), foram estudados alguns traços comuns intragrupos.

3) a partir de dados do IBGE por RA's para favelas e áreas não-favela procura-se observar como se relaciona a renda e a escolaridade dos moradores das favelas com as estatísticas da região onde se insere.

4) hiato de educação: com dados extraídos do IBGE pelo Banco Multidimensional de Estatísticas vamos analisar a relação entre renda e educação para as áreas de favela e para as áreas não-favela, e como o hiato de educação vem caindo entre os grupos.

¹ Regiões administrativas do município. São 32 ao total.

² IPP - instituto municipal de planejamento urbano, ligado à secretaria municipal de urbanismo. Seu presidente é Alfredo Sirkis.

³ www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

⁴ A necessidade de compatibilização ocorre por que somente no cadastro da prefeitura há informação sobre data de ocupação das favelas.

Em seguida concluímos o trabalho fazendo um apanhado geral da situação atual das favelas e pensando isso a partir de uma perspectiva histórica, os incentivos que a população de baixa renda teve para procurar melhores alternativas de vida, a falta de políticas públicas constantes, e tentando prever um pouco o que está por vir.

2. História das Favelas Cariocas

As primeiras favelas surgem na última década do século XIX, pouco depois da Proclamação da República, numa época em que as habitações mais comuns da população de baixa renda ainda eram os cortiços.

No século XIX já existiam barracões construídos nas encostas cariocas, mas constituíam exceções entre as habitações de baixa renda (cortiços, vilas operárias e casas de cômodo) e nunca reuniam conjunto que chamasse a atenção.

Segundo Maurício Abreu⁵ duas favelas deram início ao processo de favelização na cidade (ambas por volta de 1893/94): uma no Morro da Providência e outra no Morro de Santo Antônio. Neste último por iniciativa do Governo, que tendo dificuldades para alojar os soldados no Rio de Janeiro desde a Revolta da Armada, autorizou a ocupação do Convento de Santo Antônio por militares e, não sendo suficiente o espaço, a construção de barracões de madeira na encosta desse morro. Em 1897 a prefeitura tentava resolver a irregularidade. A comissão de engenheiros que foi mandada para fazer vistoria relatou a existência de “41 barracões de madeira cobertos de zinco, construídos ilegalmente em terrenos do governo”⁶. Em 1901, após a imprensa noticiar a existência de novíssimo bairro construído ilegalmente, o Prefeito Xavier da Silveira foi ao Morro de Santo Antônio e constatou a existência de 400 casinhas que, como disse, “eram verdadeiros chiqueiros, não podendo nelas habitar pessoa alguma”⁷. E sobre o prefeito Abreu completa: “surpreendeu-se também ao constatar que embora os primeiros casebres tivessem sido construídos por militares, eram esses moradores agora francamente minoritários; segundo ouviu no local, “essas casinhas, outrora feitas por soldados, foram por estes vendidas a paisanos””.

Se o Morro de Santo Antonio é uma história do descaso do poder público, a história da ocupação no Morro da Providência é um exemplo da crise habitacional que se instalou definitivamente. Em 1893 o famoso cortiço Cabeça de Porco, o maior de todos, foi destruído em meio a uma onda de demolições de cortiços durante a década. A inspetoria de saúde liderava a campanha pelo combate ao foco do problema de insalubridade da cidade, a polícia apoiava, pois os cortiços eram problema potencial, o Poder Público autorizou algumas demolições, mas também tinha seus interesses rentistas, e não se mexia tão

⁵ Maurício de Almeida Abreu - “Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro”, pág.36.

⁶ idem. Porém citando o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁷ Idem.

depressa quanto a situação demandava (defeito que permanece até hoje), haja vista o grande influxo de gente que chegava na cidade por diversas razões. Adriana Vial⁸ enumera as mais importantes: falência do sistema escravocrata, falsa impressão de disponibilidade de emprego, e início (só se intensificou mais tarde) do processo de industrialização na cidade. Enfim, após a destruição do cortiço Cabeça de Porco seu proprietário, que também era dono de terrenos na encosta do morro, autorizou os antigos inquilinos a se instalarem por ali, da maneira que conseguissem se virar para construir uma habitação para si e ainda pagar uma taxa de aluguel⁹. Hoje o Morro da Providência tem mais de 3400 habitantes!

A destruição dos cortiços continuou ao longo das primeiras décadas do século XX. Aos motivos de higiene se somaram, na reforma urbana que ia ganhando fôlego, objetivos de embelezar e remodelar a cidade aos moldes europeus, melhoria do porto para fins de comércio, construção de avenidas e promoção do progresso. Afinal, estamos falando da capital da República! Deve-se ter em mente também a disponibilidade de crédito a partir da retomada do poder pela oligarquia cafeeira no início do século XX¹⁰.

As reformas urbanas e os constantes aumentos de aluguel (decorrentes da valorização das áreas por onde passou a reforma) vão lentamente expulsando os moradores de baixa renda que acabam recorrendo às moradias em favelas. Essas iam crescendo acompanhando a oferta de emprego das áreas concentradoras de mão de obra. Primeiro na zona central da cidade, e mais tarde (pelo final da década de 10), os subúrbios da Zona Norte e os morros da Zona Sul.¹¹

Sobre o crescimento das favelas nas décadas de 30 e 40, Adriana Vial diz: “seguindo a trajetória de ocupação da cidade, a próxima vertente de ocupação, entre 1930 e 1950 é a periferia, impulsionada pelas obras de saneamento, eletrificação da Central do Brasil e principalmente, pela abertura da Avenida Brasil. Esta avenida foi inaugurada em 1946 com o objetivo de deslocar o tráfego e abrir terrenos para novas indústrias, causando, em paralelo, o surgimento e o crescimento das favelas na região”. No texto de Cardoso, Elias e Pero¹² (e sobre este período) os autores chamam a atenção para o crescimento do fluxo migratório de regiões pobres e agrícolas nesse período e que algumas iniciativas governamentais teriam

⁸ Adriana Mendes de Pinho Vial, Instituto Pereira Passos - “Evolução da Ocupação das Favelas na Cidade do Rio de Janeiro”.

⁹ Será que era menor do que no cortiço? A resposta dessa pergunta daria margem a considerações muito interessantes...

¹⁰ idem 4.

¹¹ Idem.

¹² Parte II - Discriminação especial: o caso dos moradores de favelas cariocas; Adalberto Cardoso, Peter Elias e Valéria Pero.

sido tomadas com o objetivo de remover essa população para conjuntos habitacionais na periferia (a migrante e os favelados). Mas que na realidade, dada a funcionalidade do trabalho de baixa renda para a indústria e para fins eleitoreiros, as autoridades escolheram “fechar os olhos” e consolidar o ciclo “pobreza, migração rural-urbana e favelização”.

O processo de favelização continua na década de 50 até o Golpe Militar de 64. Segundo Vial: “a partir de 64 a cidade avança em direção a São Conrado e Barra da Tijuca e, conseqüentemente, as favelas crescem e se desenvolvem paralelamente à evolução da cidade”.

Durante a ditadura a política geral sobre as favelas era a remoção (62 foram removidas, deslocando algo em torno de 100.000 pessoas¹³) e logrou resultados no sentido de conter o crescimento das favelas, que no período apresentaram as menores taxas de crescimento registradas. Dois outros fatores contribuem para entender a queda no ritmo de crescimento das favelas na década de 70: 1) queda da migração; e 2) abertura de loteamentos a preços populares, com alguma infra-estrutura e financiados em longo prazo¹⁴.

Taxa de crescimento de favelas no Rio de Janeiro (1950 - 2000)

Ano	População Favelas (a)	População Município (b)	% (a/b)	% de cresc das favelas	% de cresc Pop. Município
1950	169.305	2.337.451	7,2%	-	-
1960	337.412	3.307.163	10,2%	99,3%	41,5%
1970	563.970	4.251.918	13,3%	67,1%	28,6%
1980	628.170	5.093.232	12,3%	11,4%	19,8%
1990	882.483	5.480.778	16,1%	40,5%	7,6%
2000	1.092.958	5.857.879	18,7%	23,9%	6,9%

Fonte: Relatório do Instituto Pereira Passos.

É interessante notar na tabela que somente durante a década de 70 o crescimento percentual das favelas foi menor que o da cidade.

Passada então uma década de contenção do ritmo de crescimento das favelas estas voltariam a crescer a partir da década de 80. Com a redemocratização volta a ter poder de barganha o voto das favelas. Muda o discurso, agora é período de legitimação das favelas, urbanização, concessão de títulos de propriedade (que por sua vez estimula a invasão

¹³ Informações oficiais da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado da Guanabara (1973).

¹⁴ Idem 4.

visando à regularização¹⁵). A década de 80 é também período de crise na economia, falência do BNH (Banco Nacional de Habitação), falta de políticas habitacionais, falta de crédito, paralisia da máquina pública.

Novamente, sem educação, sem a tutela do governo, e sem fonte de renda que o permita ingressar no mercado imobiliário formal, a favela volta a ser o único destino possível para cariocas e migrantes que precisam desesperadamente de um teto para morar. As informações sobre como empreender para melhorar de vida são poucas, as experiências de amigos e parentes são parecidas com as suas, quando muito, ouvem uma história das péssimas condições de vida no interior. E assim vão como seus pais tinham ido, fosse ele pobre ou rico.

No próximo capítulo vamos discutir detalhadamente o crescimento das favelas na década de 90.

¹⁵ Valéria Grace Costa - "Rediscutindo o espaço-favela: sobre a operacionalização da pesquisa em favelas - o caso do Município do Rio de Janeiro". Revista brasileira de geografia, vol.58, num ¼, jan/dez 1996.

3. Crescimento do Município e das Favelas na Década de Noventa

Este capítulo vai tratar o crescimento populacional do Município e das favelas durante a década de Noventa, ou, mais precisamente, durante o último período intercensitário (1991-2000), enfocando a distribuição espacial do crescimento (regiões geográficas), as diferenças entre classes sociais (favela x não-favela), e atentando para a composição das taxas de crescimento do Município.

Durante o referido período a população residente em favelas cresceu 24%, passando de 882.483 habitantes para 1.092.476 habitantes. Enquanto isso a população não-favelada cresceu 4%, passando de 4.598.285 para 4.765.428. A proporção de moradores de favelas entre os habitantes do município subiu de 16,1% em 1991 para 18,6% em 2000. Enquanto o município como um todo viu sua população aumentar em 377.136 habitantes, mais da metade desse contingente se refere à variação populacional das favelas (209.993 pessoas)¹⁶.

Anualizando as taxas¹⁷ temos um crescimento de 2,4% ao ano nas favelas, 0,4% aa no asfalto e 0,74% aa na cidade como um todo. A fim de melhor compreender a composição dessas taxas o Instituto Pereira Passos, dentro de convênio já anteriormente firmado com a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE para elaboração de projeções de dados populacionais do município¹⁸, solicitou aos coordenadores do convênio que estudassem as razões das diferentes taxas de crescimento dentro e fora das favelas.

O seguinte estudo foi elaborado para comparar a favela com a não-favela, para tal tomou-se este último como grupo de controle. A análise que se segue vai decompor a taxa de crescimento demográfico da favela e identificar outros fatores, além do puro crescimento vegetativo, que estariam influenciando suas altas taxas de crescimento.

¹⁶ Informações do Censo 1991/IBGE e Censo 2000/IBGE.

¹⁷ (...) calculando a taxa média geométrica de crescimento anual.

¹⁸ O referido trabalho, coordenado pelos Profs. Kaizô Beltrão e Ana Amélia Camarano, está publicado no site www.armazemdedados.rio.rj.gov.br sob o título "Tendências Demográficas do Município do Rio de Janeiro" (jan. 2004).

	Crescimento Vegetativo	Migração para Favelas	Fecundidade Extra	Taxa Completa
NÃO-FAVELA	0,40%			0,40%
FAVELA	1,12%	0,41%	0,85%	2,40%
CIDADE TODA	0,52%	0,07%	0,15%	0,74%

Fonte: Censo 2000 (amostra) do IBGE, via BME.

Pela decomposição da taxa exposta no gráfico acima, o crescimento anual das favelas corresponde a três componentes:

- 1) **Crescimento Vegetativo.** Geralmente referente a natalidade menos mortalidade, aqui inclui também migração interna para favelas por empobrecimento, por atração de outros fatores específicos e/ou aumento da área de habitações classificadas como tal. Participação: 1,12% aa ou 98.820 habitantes.
- 2) **Migração para Favelas.** Esse percentual (0,41% aa ou 36.175) corresponde a migração de fora do Município para as favelas em proporção superior ao ocorrido para as áreas formais da cidade (a migração para a não-favela está incluída no crescimento vegetativo desta, por ser este o grupo de controle).
- 3) **Fecundidade Extra.** Corresponde ao crescimento das favelas devido a sua taxa de fecundidade mais elevada que a taxa da outra área. Participação: 0,85% aa ou 74.998 habitantes.

Porém, uma correção foi implementada pelos técnicos do IPP com relação ao componente “aumento das áreas de habitações classificadas como tal” do item (1).

Através da análise dos registros do Cadastro de Favelas do IPP e da comparação da aerofotogrametria em períodos diversos foi possível identificar as áreas de favelas existentes em 1991 que só foram recenseados como tal em 2000. De forma que 16.355 pessoas que em 1991 já moravam em favelas, inclusive cadastradas como tal no IPP, engrossaram a lista dos novos favelados em 2000. O motivo que levou o IBGE a excluí-las é desconhecido.

Essa população correspondia, em 1991, a cerca de 14.082 pessoas. Logo, do crescimento vegetativo de 98.820, deve-se excluir os 16.355 habitantes que já eram

moradores de favelas e incluir a diferença ($16.355 - 14.082 = 2.273$), que é, de fato, crescimento de setores informais.

Temos como novo resultado que as populações das favelas cresceram em 195.911 pessoas entre 1991 e 2000 (de 896.565 para 1.092.476). E redistribuindo:

- 1) **Crescimento Vegetativo:** 84.738 pessoas. (Obs: esse é o único item que mudou!)
- 2) **Migração para Favelas:** 36.175 pessoas.
- 3) **Fecundidade Extra:** 74.998 pessoas.

Após o ajuste feito pelos técnicos do IPP temos uma nova estimativa para as taxas médias geométricas anuais de crescimento:

	Crescimento Vegetativo	Migração para Favelas	Fecundidade Extra	Taxa Completa
NÃO-FAVELA	0,43%			0,43%
FAVELA	0,96%	0,41%	0,85%	2,22%
CIDADE TODA	0,52%	0,07%	0,15%	0,74%

Fonte: Censo 2000 (amostra) do IBGE, via BME.

Agora temos estimativas mais precisas sobre o crescimento demográfico da cidade durante o último período intercensitário (1991-2000).

A cidade cresceu os mesmos 0,74% aa em população como exposto no começo deste capítulo. Porém a cidade formal cresceu 0,43% aa, enquanto as favelas 2,22% aa. Se ignorarmos a vinda de migrantes para as favelas e se a taxa de fecundidade dos moradores de favelas fosse igual a da não-favela, as favelas teriam crescido 0,96% aa e a cidade toda 0,52% aa.

Considerando apenas o crescimento vegetativo, como citado anteriormente, a parcela da população carioca residente em favelas teria aumentado dos 16,4% em 1991, para 17% em 2000. E não para os reais 18,6% recenseados em 2000 pelo IBGE.

Concluimos, portanto, que a migração, que durante muitos anos foi o principal fator de crescimento das favelas, já não é tão relevante para explicar suas elevadas taxas de crescimento, sendo estas explicadas muito mais pelo perfil jovem de sua população aliada a altas taxas de fecundidade dentro das favelas.

Acabamos de verificar como a variação populacional do Município foi muito heterogênea entre classes sociais (favela x não-favela). Porém, também entre limites geográficos o crescimento da cidade também foi muito desigual. Vide a tabela abaixo:

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	População Formal Residente		taxa geométrica média de crescimento anual	População Informal Residente		taxa geométrica média de crescimento anual	População Residente Total		taxa geométrica média de crescimento anual
	1991	2000		1991	2000		1991	2000	
Total	4.598.285	4.765.428	0,40	882.483	1.092.476	2,40	5 480 768	5 857 904	0,74
Área de Planejamento 1	221.685	191.493	-1,61	85.182	76.787	-1,15	306.867	268.280	-1,48
I RA Portuária	27.057	22.564	-2,00	17.028	17.409	0,25	44.085	39.973	-1,08
II RA Centro	49.095	39.135	-2,49	-	-	NA	49.095	39.135	-2,49
III RA Rio Comprido	59.115	50.751	-1,68	23.229	22.910	-0,15	82.344	73.661	-1,23
VII RA São Cristóvão	47.515	42.820	-1,15	36.017	28.125	-2,71	83.532	70.945	-1,80
XXI RA Paqueta	3.257	3.421	0,55	-	-	NA	3.257	3.421	0,55
XXIII RA Santa Teresa	35.646	32.802	-0,92	8.908	8.343	-0,73	44.554	41.145	-0,88
Área de Planejamento 2	906.491	850.940	-0,70	127.104	146.538	1,59	1.033.595	997.478	-0,39
IV RA Botafogo	238.327	224.473	-0,66	13.341	14.422	0,87	251.668	238.895	-0,58
V RA Copacabana	161.059	150.599	-0,74	8.621	10.579	2,30	169.680	161.178	-0,57
VI RA Lagoa	161.925	155.976	-0,42	15.147	18.086	1,99	177.072	174.062	-0,19
VIII RA Tijuca	168.043	154.767	-0,91	26.440	26.225	-0,09	194.483	180.992	-0,80
IX RA Vila Isabel	176.198	165.125	-0,72	21.602	20.888	-0,37	197.800	186.013	-0,68
XXVII RA Rocinha	939	-	NA	41.953	56.338	3,33	42.892	56.338	3,08
Área de Planejamento 3	1.841.304	1.808.853	-0,20	480.524	544.737	1,40	2.321.828	2.353.590	0,15
X RA Ramos	112.036	109.659	-0,24	33.162	40.744	2,31	145.198	150.403	0,39
XI RA Penha	144.827	141.774	-0,24	34.751	41.420	1,97	179.578	183.194	0,22
XXXI RA Vigário Geral	107.052	100.937	-0,65	28.351	34.374	2,16	135.403	135.311	-0,01
XII RA Inhaúma	122.464	117.070	-0,50	16.284	13.565	-2,01	138.748	130.635	-0,67
XIII RA Méier	383.620	360.506	-0,69	36.214	37.980	0,53	419.834	398.486	-0,58
XIV RA Irajá	185.709	177.048	-0,53	25.180	25.919	0,32	210.889	202.967	-0,42
XV RA Madureira	335.151	328.952	-0,21	38.602	45.205	1,77	373.753	374.157	0,01
XX RA Ilha do Governador	148.787	154.157	0,39	48.371	57.312	1,90	197.158	211.469	0,78
XXII RA Anchieta	132.038	138.403	0,52	9.549	16.205	6,05	141.587	154.608	0,98
XXV RA Pavuna	121.655	123.305	0,15	58.618	73.763	2,59	180.273	197.068	0,99
XXVIII RA Jacarezinho	3.686	4.391	1,96	37.393	32.068	-1,69	41.079	36.459	-1,32
XXIX RA Complexo do Alemão	11.536	8.755	-3,02	51.591	56.271	0,97	63.127	65.026	0,33
XXX RA Maré	32.743	43.896	3,31	62.458	69.911	1,26	95.201	113.807	2,00
Área de Planejamento 4	454.120	537.657	1,89	72.182	144.394	8,01	526.302	682.051	2,92
XVI RA Jacarepaguá	332.485	358.234	0,83	56.817	111.448	7,77	389.302	469.682	2,11
XXIV RA Barra da Tijuca	84.876	143.246	5,99	13.915	31.107	9,35	98.791	174.353	6,52
XXXIV RA Cidade de Deus	36.759	36.177	-0,18	1.450	1.839	2,68	38.209	38.016	-0,06
Área de Planejamento 5	1.174.685	1.376.485	1,78	117.491	180.020	4,86	1.292.176	1.556.505	2,09
XVII RA Bangu	314.168	345.578	1,06	57.004	74.925	3,08	371.172	420.503	1,40
XVIII RA Campo Grande	356.002	446.462	2,55	24.940	37.900	4,76	380.942	484.362	2,70
XIX RA Santa Cruz	237.887	272.087	1,50	16.613	39.202	10,01	254.500	311.289	2,26
XXVI RA Guaratiba	59.312	96.891	5,60	1.462	4.314	12,78	60.774	101.205	5,83
XXXIII RA Realengo	207.316	215.467	0,43	17.472	23.679	3,44	224.788	239.146	0,69

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000. Via www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/MOREI.

As AP's 1 e 2 apresentaram esvaziamento populacional, enquanto as demais cresceram. Na AP1, a área central e mais antiga da cidade, tanto as favelas como a não-

favela esvaziaram, a uma taxa agregada de 1,48% aa. Já a AP2, a zona sul – área nobre da cidade, apresentou um comportamento mais parecido com a AP3 (zona norte), de crescimento modesto das favelas (1,59% aa e 1,40% aa, respectivamente) e pequeno esvaziamento populacional das áreas formais (-0,7% aa e -0,4% aa) apesar de taxas agregadas de sinais diferentes (-0,39% aa e 0,15% aa), o que reflete as diferentes participações da favela na população total dessas AP's – na AP2 a favela responde por 15% da população e na AP3 a favela abriga 23% da população.

As AP's onde as favelas cresceram a taxas mais expressivas foram também as que mais cresceram no agregado. Na AP4, a Baixada de Jacarepaguá – área entre os Maciços da Tijuca e da Pedra Branca, a população favelada dobrou na última década, passando de 72 mil habitantes para 144 mil. A taxa de crescimento anual das favelas nessa AP (8% aa) foi a maior entre todas as AP's.

Entre as RA's a que apresentou maior crescimento relativo das favelas foi a RA de Guaratiba (12,78% aa), porém sobre base muito reduzida (passou de 1,4 mil habitantes em 1991 para 4,3 mil em 2000). Observando atentamente a tabela acima se verifica que foi na RA de Jacarepaguá onde ocorreu o grande boom das favelas. A variação total de 54.631 habitantes nas favelas dessa RA corresponde a 26% da variação total das populações faveladas do Município entre 91 e 2000¹⁹. A proporção de favelados na RA de Jacarepaguá subiu de 14,6% em 91 para 23,7% em 2000.

Regiões Administrativas	Proporção de favelados em 1991	Proporção de favelados em 2000	Varição (2000 - 1991)	taxa geométrica média de crescimento anual
XVI RA Jacarepaguá	14,6%	23,7%	9,1%	7,77
XIX RA Santa Cruz	6,5%	12,6%	6,1%	10,01
I RA Portuária	38,6%	43,6%	4,9%	0,25
XXV RA Pavuna	32,5%	37,4%	4,9%	2,59
XXIX RA Complexo do Alemão	81,7%	86,5%	4,8%	0,97
XXXI RA Vigário Geral	20,9%	25,4%	4,5%	2,16
X RA Ramos	22,8%	27,1%	4,3%	2,31

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000. Via www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/MOREI.

Um crescimento dessa magnitude (o de Jacarepaguá) deve ser entendido como um processo de favelização em curso nessa área e que demanda a atenção do poder público em

¹⁹ Não está sendo considerada a correção feita pelos técnicos do IPP sobre as favelas que não foram contadas como tal no Censo de 1991 na tabela nem na descrição que se segue à mesma por indisponibilidade de dados por RA's. (O citado não prejudica as conclusões).

busca de soluções para o grave problema habitacional. O gráfico mostra que outras RA's também tiveram grande crescimento da proporção de moradores em favelas, mas há diferenças substanciais entre os casos. Na RA Portuária, por exemplo, o processo é uma simples função do esvaziamento das áreas de habitação formal (vide gráfico anterior). Na RA Complexo do Alemão mais de 80% da população já era favelada em 1991 e a taxa anual foi de 0,97% aa, muito abaixo do crescimento médio das favelas (2,4% aa). As outras RA's da tabela (à exceção de Santa Cruz) não apresentaram taxas de crescimento das populações de favelas muito diferentes da média do Município. Não é objetivo aqui identificar quais RA's passaram por processo de favelização, muito menos discutir conceitos, mas apenas compreender o que se passou nessas áreas. As RA's de Ramos, Vigário Geral e Pavuna, todas na Zona Norte, apresentaram padrão muito semelhante: variação populacional anual das áreas formais quase nulo e crescimento das favelas ao ritmo da média das favelas do Município, porém sobre uma base já grande; é como dizer que somente as favelas cresceram, enquanto o resto parou.

4. Perfil Sócio-Econômico das Favelas Cariocas

4.1 _ Tamanho das Favelas

Neste capítulo vamos analisar as estatísticas de renda e educação dos responsáveis por domicílios localizados em favelas, tendo como objetivo verificar se existem diferenças substanciais entre as estatísticas dos responsáveis quando agrupamos as favelas por tamanho.

O que vamos verificar é se os chefes de domicílios localizados em favelas grandes têm maiores rendimentos e mais anos de estudo do que os chefes de domicílios localizados em favelas menores. Uma favela grande seria, por um lado, indicativo do tempo de ocupação da área, o que deveria gerar maior preocupação e atuação por parte do poder público; e uma favela grande deveria gerar maiores oportunidades de comércio interno, como é o caso de muitas favelas grandes que contam com padarias, casas lotéricas, açougue, e até minimercados, entre outros estabelecimentos comerciais.

A base de dados foi extraída do Morei2000, que desagrega as informações do Censo2000/População – de forma que só é possível conseguir informações de renda e de quantidade de anos de estudo para os responsáveis por domicílios. Através do aplicativo mencionado²⁰ foi possível construir a base de dados contendo informações estatísticas do Censo2000/População desagregado por favela²¹ (o que não é possível a partir do IBGE). Em seguida as favelas foram divididas em três grupos de acordo com o número de habitantes, cada um contendo cerca de um terço da população favelada do Município.

A estatística “renda média (1)” foi obtida pela divisão da ‘soma da renda nominal dos responsáveis por domicílios’ pelo ‘total de responsáveis’. A “renda média (2)” foi obtida pela divisão da ‘soma da renda nominal dos responsáveis por domicílios’ pelo ‘total de responsáveis com renda’. Essa distinção nas estatísticas de renda foi feita para contornar uma possível dificuldade metodológica do Censo2000 que não especifica como o responsável pelo domicílio o adulto (geralmente pai ou mãe) que tem renda individual. Dessa maneira, haveria perda de informação ao se considerar como o responsável pelo domicílio, por exemplo, uma dona de casa sem renda, quando seu marido é trabalhador

²⁰ E disponível no site de informações estatísticas da prefeitura : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

²¹ Vale mencionar que o cadastro de favelas do IBGE não é exatamente igual ao do IPP (assunto que está sendo estudado pelas 2 entidades), porém sem maiores preocupações para o trabalho em curso.

assalariado; o correto seria considerar como a renda do responsável pela família a renda desse trabalhador, porém se na ocasião do recenseamento aquela mulher se declarar chefe do domicílio, o recenseador vai registrar que a renda do chefe desse domicílio é zero. Veremos adiante que em nada vai afetar as conclusões deste capítulo.

Grupos	total de pessoas	nº de favelas	Intervalo (do nº de pessoas)	renda média 1	renda média 2	escolaridade média
pequenas	387.877	408	100 - 2.994	R\$ 363	R\$ 426	5,2
médias	382.318	77	3.041 - 9.907	R\$ 358	R\$ 416	5,1
grandes	321.961	19	10.468 - 56.338	R\$ 350	R\$ 405	4,8
grandes*	265.623	18	10.468 – 29.760	R\$ 341	R\$ 395	4,8

Fonte: Morei 2000. Obs: “grandes*” exclui a Rocinha.

Pela tabela acima vemos que os responsáveis por domicílios do grupo “pequenas” tem, em média, R\$426 de rendimento mensal e 5,2 anos de estudo (considerando-se a partir da “renda média 2”). Contrariando a intuição inicial, a situação se deteriora, sucessivamente, na comparação com os grupos maiores. O grupo das favelas “médias” apresenta \$416 de rendimento mensal e 5,1 anos de estudo; enquanto o universo das favelas “grandes” apresenta, nas respectivas estatísticas, R\$405 e 4,8 anos de estudo. As estatísticas de renda e escolaridade indicam, portanto, que, em média, os chefes de domicílios localizados nas pequenas favelas estão em melhor situação do que os residentes em favelas maiores. O resultado da análise seria o mesmo se tomássemos como base a “renda média 1”, porém com valores menores, expressando a divisão da mesma soma dos rendimentos dos responsáveis por um número maior de responsáveis (pois aqui foram incluídos os responsáveis sem renda).

A Rocinha é um outlier nesta evidência, uma vez que sua população de 56.338 pessoas equivale a um terço do grupo, e poderia estar “sujando” a evidência. Suas respectivas estatísticas de renda e escolaridade são R\$451 e 4,6 anos de estudo. Mas vemos na quarta linha da tabela (grandes*) que ao excluir a Rocinha do grupo das favelas maiores, as estatísticas continuam mostrando que os chefes de domicílio de favelas pequenas apresentam os maiores valores de renda e escolaridade, seguidos dos que habitam as favelas “médias”, e, por último, os chefes de domicílio das grandes favelas.

O caso da Rocinha é peculiar, pois apresenta baixa escolaridade e alta renda se comparada com o universo das favelas. É provável que este fato esteja relacionado à

migração para a Rocinha. Do crescimento de sua população de 43 mil em 1991 para 56 mil em 2000 a migração respondeu por 39,5% da variação absoluta da população, algo em torno de 5 mil imigrantes. É possível que esses imigrantes tenham alta produtividade apesar de baixa escolaridade, ou não conseguiriam se instalar na Rocinha, que é uma das favelas mais valorizadas do Rio de Janeiro, de forma a conseguir bons empregos (dentro do universo dos favelados). Se for este o caso esses migrantes estariam “puxando” a média de renda para cima e a média de escolaridade para baixo.

4.2 _ Tempo de Ocupação

Já foi dito que as favelas têm história centenária na cidade do Rio de Janeiro.

Nesta seção vamos comparar um conjunto de favelas antigas com um conjunto de favelas só recentemente cadastradas no cadastro geral de favelas da prefeitura para traçar um perfil dos conjuntos como amostra para o grupo todo. Todas as favelas antigas constam no cadastro da prefeitura como sendo de 1931 ou antes²², as novas datam da 1988 até 98.²³

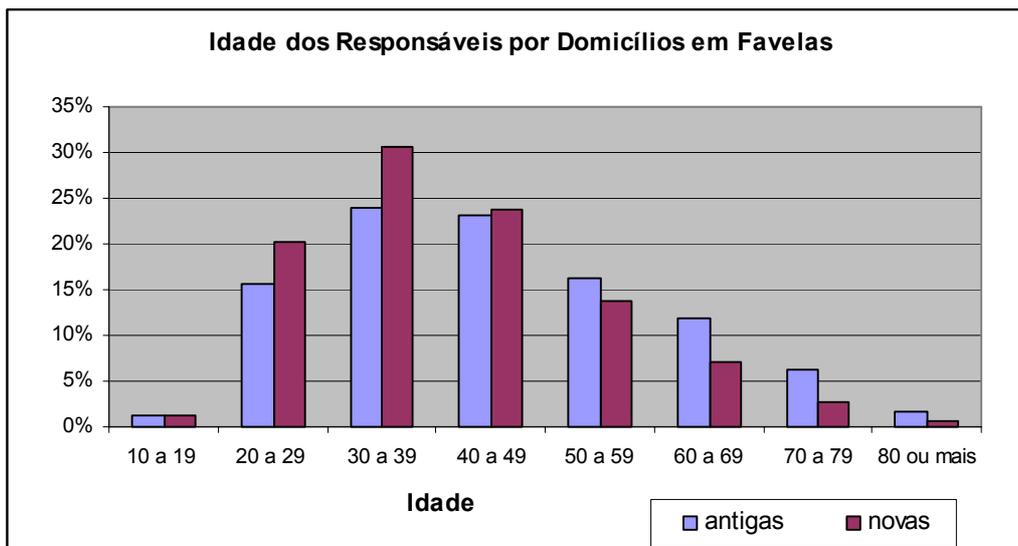
O motivo de se escolher um conjunto de favelas como amostra para cada grupo ao invés de todas as favelas possíveis é que o IBGE não tem registro sobre data de ocupação da área da favela. Para identificar a data de ocupação foi necessária a utilização do aplicativo SABREN, desenvolvido no IPP e que, entre outras informações, disponibiliza o registro da prefeitura sobre data de identificação da presença de uma favela²⁴ em determinada área. Porém, o registro de favelas da prefeitura não é igual ao cadastro do IBGE, algumas vezes apresentando nomes diferentes para uma mesma favela e/ou considerando áreas diferentes. Agradeço aqui a Adriana Vial, especialista do IPP em favelas, que com o uso de um aplicativo de georeferenciamento pôde selecionar uma amostra para cada grupo onde a área dos dois cadastros (IBGE e Prefeitura - IPP) coincide suficientemente. Portanto, o uso de uma amostra para os grupos foi o mais viável.

Começamos pela distribuição de idade dos responsáveis por domicílios:

²² E são: Vila Vintém (1921), Morro da Formiga (1911), Morro da Providência (1895), Babilônia (1911), Ladeira dos Funcionários - Caju (1931), Mangueira - RA São Cristóvão (1900), Morro do Salgueiro (1901), Morro dos Cabritos (1926), Morro dos Macacos (1921), Jacarezinho (1920). Obs: nomes do MOREI (IBGE).

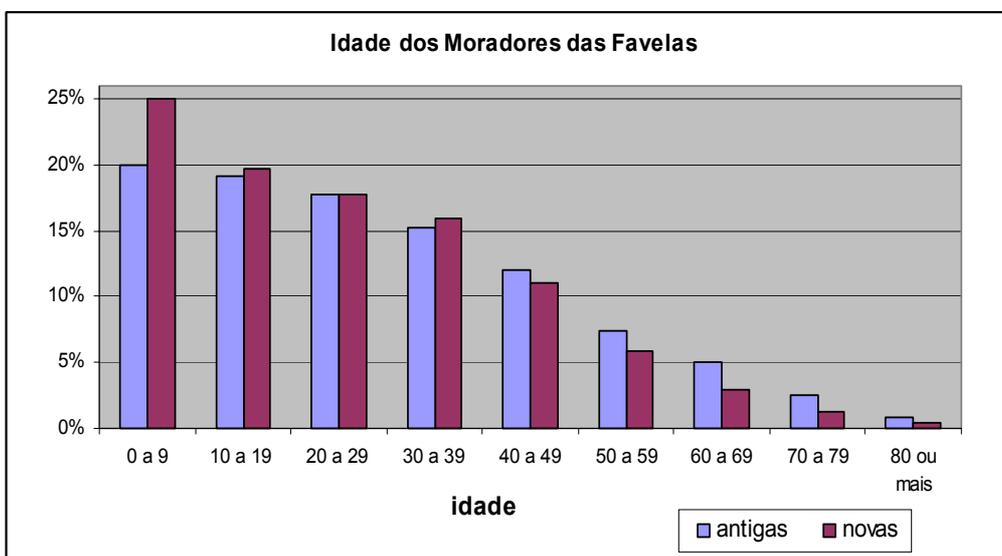
²³ E são: Beco do Camarão (1994), Comandante Luiz Souto (1988), Comunidade Luiz Fernando Victo Filho (1991), Cosme e Damiano (91), Criança Esperança (91), Jardim Clarice (92), Jardim do Recreio (89), Minha Deusa (90), Nova Jersey (92), Oito de Dezembro (92), Pantanal - RA Santa Cruz (94), Parque Itambé (92), Roberto Morena (88), Saquacu (98), Vila Moretti (89). Obs: nomes do MOREI (IBGE).

²⁴ Favela não tem data de fundação devido à característica comum inicial de invasão do local. No entanto existem registros sobre quando começou a ser ocupado o local.



Fonte: Morei2000.

Como mostra o gráfico, as favelas novas têm maior proporção de responsáveis por domicílio jovens, entre 20 e 50 anos de idade, do que as favelas antigas. Esse perfil jovem se reproduz na população total dessas favelas:



Fonte: Morei2000.

E é bastante compreensível o perfil jovem da população das favelas novas. As favelas “fundadas” recentemente abrigam um maior contingente de imigrantes em busca de emprego, nestas circunstâncias é natural que se concentrem pessoas em idade mais propícia para a concorrência no mercado de trabalho. A alta proporção de crianças (0 a 9 anos) é consequência da taxa de fecundidade agindo sobre uma base maior nas favelas

novas - mais gente em estágios de sua vida onde é comum ter filhos de 0 a 9 anos. Nas favelas antigas vai haver muito mais idosos com filhos já crescidos.

A seguir vamos analisar uma série de características sócio-econômicas dos grupos.

Informação	Favela	
	antigas	novas
renda média dos responsáveis com renda	R\$ 386	R\$ 405
renda média de todos os responsáveis	R\$ 338	R\$ 332
média de renda - pela média das favelas	R\$ 335	R\$ 349
media de estudo - todos os responsáveis	5,3	5,3
desemprego	12%	18%

Pela tabela poderíamos inferir que os responsáveis com renda estão em melhor situação nas favelas novas que nas antigas, porém, sendo prejudicados por uma alarmante taxa de desemprego, que resulta em média geral dos responsáveis mais alta no grupo das favelas antigas. Quanto à escolaridade não há diferença.

As informações de renda e escolaridade da tabela acima (e a análise do parágrafo anterior) devem ser observadas com cuidado. É possível que a amostra não seja representativa do universo para fins de renda e escolaridade, ainda que a análise do parágrafo anterior faça todo sentido essas informações podem estar sofrendo de desvio de amostra (na seção anterior, onde se dividiam as favelas em grupos de tamanho, por exemplo, estava-se trabalhando com todo o universo). Por outro lado (e intuitivamente) diria que a taxa de desemprego é representativa e, logo, alerta para o alto desemprego nas favelas novas.

É para fins de observar as condições das habitações que a amostra é precisa.

Informação	Favela	
	antigas	novas
abastecimento de água		
rede geral	96%	85%
poço	2%	3%
outros	2%	12%
coleta de lixo		
coletado na porta	63%	75%
coletado em caçamba	36%	17%
outros*	1%	8%
esgotamento sanitário		
rede geral	80%	37%
fossa	11%	45%

outros	9%	18%
posse do domicílio		
próprio	85%	74%
cedido	12%	5%
alugado	2%	4%
outros	1%	17%

*queimado, jogado em terreno baldio, rio, mar, etc.

O serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário é melhor nas favelas antigas. O longo tempo de existência dessas, aliado ao poder de voto dos moradores sensibilizaram o poder público para agir em seu benefício, mais na água do que no esgoto, pois a primeira é mais urgentemente necessária e a segunda (o esgoto) é pouco visível eleitoralmente e mais caro.

A coleta pública de lixo expressa um fato interessante. O índice de coleta (somando porta com caçamba) é maior nas favelas antigas que nas novas, 99% contra 92%, porém no tipo “coletado na porta” as favelas novas são melhor atendidas, 75% contra 63%. Três argumentos se completam para entender essa situação: 1) o serviço em questão não exige grandes investimentos em infra-estrutura, bastando uma ordem para que determinada área seja atendida; 2) grande visibilidade política; 3) (e mais importante) o padrão de crescimento das favelas na década de Oitenta e Noventa concentrou as novas favelas nas AP's 4 e 5, com menos utilização de encostas de morros e mais de áreas planas, daí a possibilidade do caminhão de lixo fazer a coleta na porta. A coleta de lixo em caçamba se dá, em grande medida, pela incapacidade do caminhão de lixo circular em vielas e ruelas, especialmente em morros íngremes.

No último item - posse do terreno - observamos como os habitantes das favelas antigas estão melhor “assentados” em suas residências do que os moradores das favelas novas. A longa existência da favela contribuiu favoravelmente para a posse regular do terreno, tanto por esforço próprio dos moradores como por iniciativas governamentais esporádicas de regularização da posse dos terrenos (como o faz, por exemplo, o Favela-Bairro). O quesito “outros” é alto no grupo das favelas novas pois engloba a invasão de terrenos - forma mais comum de ocupação inicial das favelas.

O quesito “outros” também é mais alto no grupo das novas para todas as outras informações expressando a necessidade de “se virar”, comum entre os brasileiros, especialmente entre os mais pobres e, particularmente, quando o poder público falha em sua missão de prover as condições básicas de sobrevivência aos menos afortunados.

4.3 _ Relação entre as Favelas e a área da Cidade onde se Localizam

Nesta seção vamos analisar a hipótese de que a renda e a escolaridade dos habitantes das favelas cariocas segue o padrão apresentado nas áreas em que as favelas estão localizadas.

Como grupo de controle para a comparação com as favelas foi escolhido o setor formal da cidade, ou não-especial²⁵. A base de dados é do Censo 2000/Amostra, extraído via Banco Multidimensional de Estatística. As estatísticas utilizadas serão renda domiciliar per-capita média e anos de estudo médio por RA. O universo das RA's foi dividido em três grupos, de acordo com seu IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; essa divisão é precisa na medida em que agrupa as RA's de acordo com seu nível de desenvolvimento sócio-econômico.

Se verdadeira, a hipótese implicaria em que as favelas localizadas nas áreas de baixo IDH apresentariam renda e escolaridade mais baixa do que aquelas localizadas nas áreas de IDH alto; vice-versa para as áreas nobres da cidade.

Faixa de IDH	Favelas			Não-Favela		
	média de anos de estudo	renda domiciliar per-capita	peessoas	média de anos de estudo	renda domiciliar per-capita	peessoas
Rio de Janeiro – município	4,26	R\$ 208	1.095.949	7,5	R\$ 856	4.741.463
IDH baixo (0,7 até 0,8)	4,20	R\$ 198	464.712	5,7	R\$ 327	1.389.951
IDH médio (0,8 até 0,9)	4,31	R\$ 205	508.906	7,3	R\$ 594	2.361.287
IDH alto (mais de 0,9)	4,30	R\$ 252	122.317	10,1	R\$ 1.932	990.211

Fonte: IBGE_Censo 2000/Amostra. Extração via BME.

Pela tabela acima vemos que o setor formal da cidade, segue a tendência natural de apresentar maior renda de acordo com um maior índice de escolaridade – assunto exhaustivamente debatido e aceito na literatura: a forte correlação positiva entre renda e escolaridade.

No universo das favelas a situação muda bastante. A começar pela média de anos de estudo de seus moradores que fica praticamente estável em torno da média das favelas do município (4,26), enquanto no setor formal da cidade varia de 5,7 até 10,1. Quanto à renda a situação parece um pouco mais “normal” na medida em que a renda nas favelas sobe de R\$198 para R\$205 e depois para R\$252, enquanto a renda do “asfalto” sobe de R\$327 para R\$594 e, em seguida, para R\$1932. Porém, a variação percentual da renda nas favelas é mínima se comparada com a zona não-especial. Quando comparamos a primeira classe com a segunda (IDH baixo com IDH médio) a variação percentual da renda nas favelas é de 4%, enquanto no asfalto é de 81%. Na comparação entre a classe intermediária com a classe superior a variação percentual é 23% e 226%, para favela e não-favela respectivamente.

Isso leva a crer (mas não é evidência suficiente) que a renda das favelas é, em algum grau pequeno, correlatada com a renda da área na qual ela está localizada. Isso poderia ocorrer pela disponibilidade de empregos com melhor remuneração, dado o nível de qualificação da mão-de-obra, nas áreas ricas da cidade; vide o caso das empregadas domésticas, que apesar de oferecerem o mesmo serviço, são mais bem pagas nas casas das famílias ricas, restaria a dúvida sobre a proximidade entre sua moradia e seu local de trabalho.

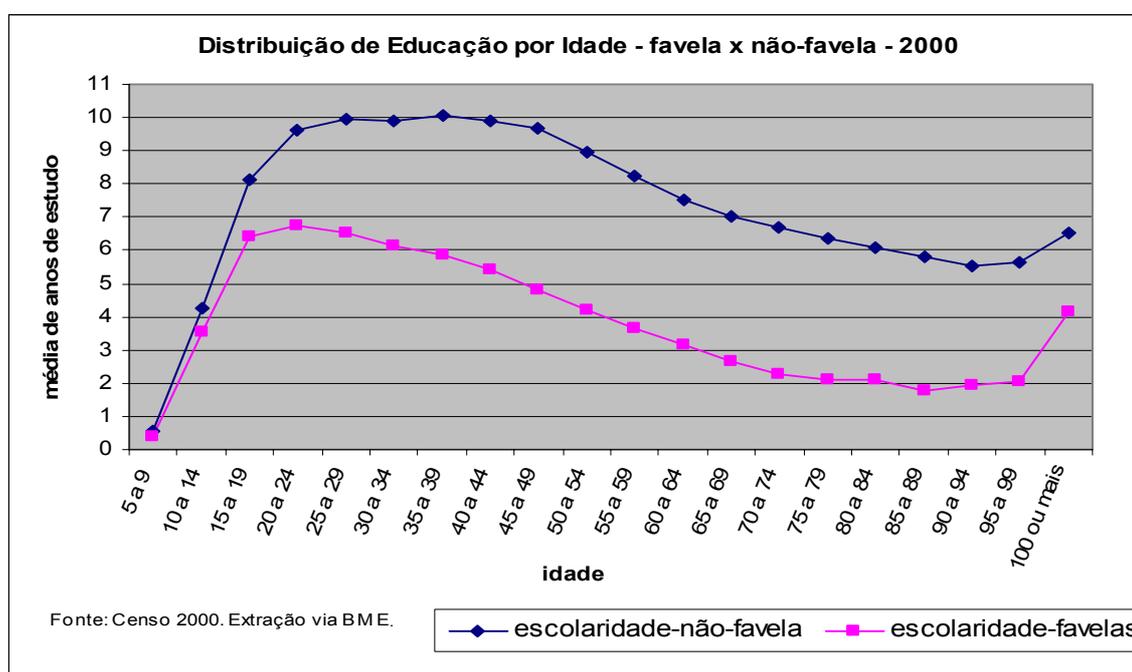
Já a escolaridade dos moradores de favela parece não ser correlacionada com a localização da favela. Sendo, provavelmente, fruto único da péssima qualidade do ensino público. O que é intuitivo na medida em que consideramos que as famílias ricas (ou pelo menos as que podem) preferem educar seus filhos em escolas particulares. Nesse sentido o fato de uma favela se localizar numa zona rica em nada contribuiria para o nível de escolaridade de seus habitantes; restaria a verificação sobre a distribuição do ensino público pela cidade – seu estoque (nº de escolas e de professores) e a qualidade.

²⁵ O filtro escolhido para definir o setor formal da cidade, ou as áreas não-favela, ao se coletar dados do IBGE, foi precisamente o setor “não-especial”, que exclui: os quartéis, os alojamentos, as embarcações, as aldeias indígenas, as penitenciárias, os asilos, e, é claro, as favelas.

4.4_ Hiato de Educação

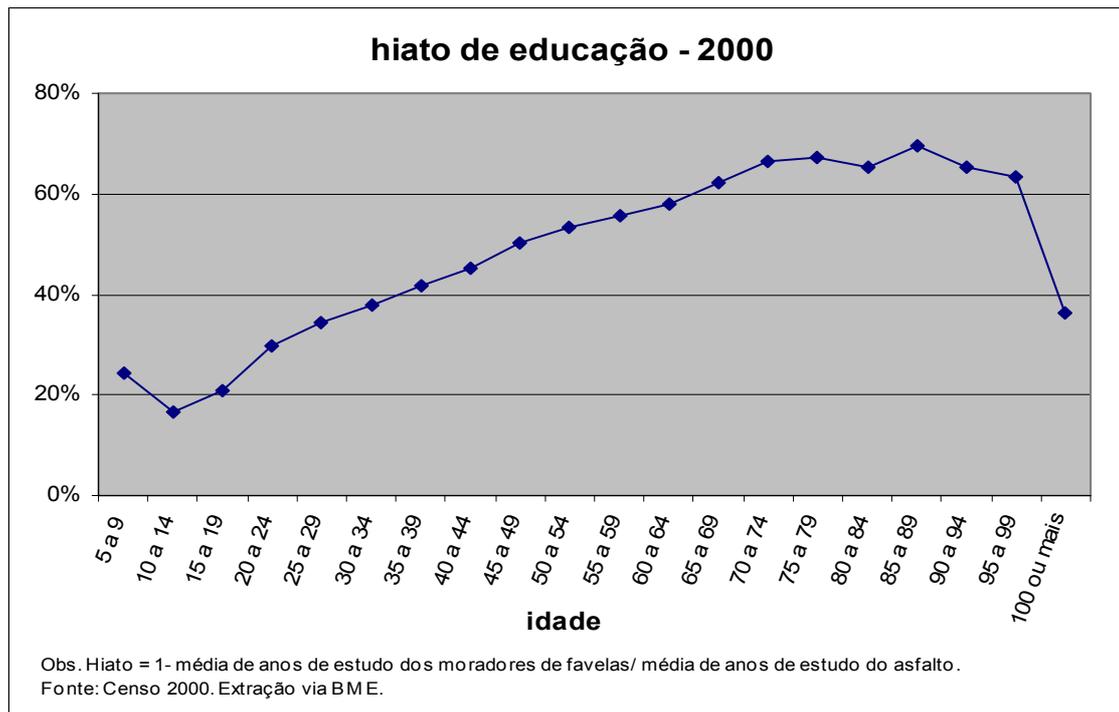
Nesta seção vamos observar a evolução da escolaridade entre os habitantes do município, a queda do hiato educacional entre os grupos (favela x não-favela) e a diferença de renda por escolaridade.

No gráfico a seguir podemos observar que a escolaridade média dos moradores de favelas aumenta até atingir o ápice de 6,8 anos de estudo entre os moradores com idade entre 20 e 24 anos.



Para faixas mais jovens teríamos que inferir sobre a porcentagem de moradores alunos e que, por isso, ainda estão em processo de aumentar a média de escolaridade. Diferentemente das áreas não-favela, onde a faixa da população entre 25 e 44 anos se estabilizou ao redor do ápice de 10 anos de estudo em média, nas favelas o formato da curva de escolaridade sugere que a população jovem irá superar o ápice de escolaridade atingido pela faixa de 20 a 24 anos.

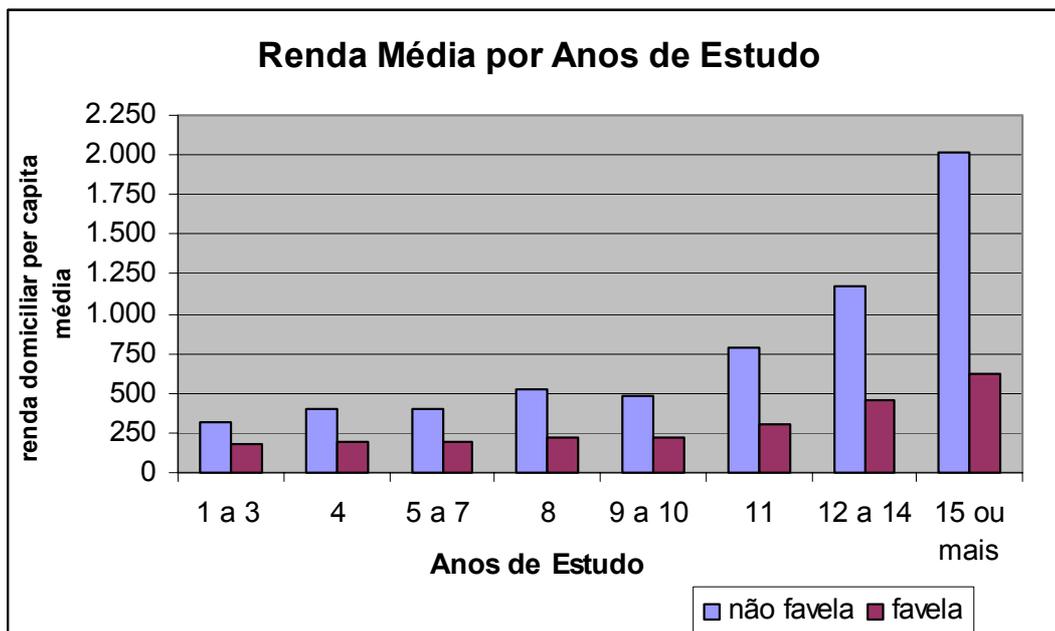
A partir desse gráfico podemos mensurar o hiato educacional entre os grupos, que é a defasagem percentual da média de escolaridade das áreas de favela em relação às áreas não-favela. O gráfico a seguir mostra o hiato educacional, por faixa de idade, em termos percentuais.



O gráfico acima evidencia a expansão do ensino que vem ocorrendo no Município. O hiato educacional aumenta quando passamos para uma classe de idade mais alta. A população que compõe as classes mais idosas, sejam eles migrantes, habitantes de áreas não-favela que foram morar em favelas ou moradores nascidos em favelas, foram mais prejudicados em sua juventude (ou como se queira chamar a fase da vida mais comum de se estudar) devido à dificuldade de conseguir vaga na rede pública, por isso a enorme diferença no nível educacional. Não estamos fazendo qualquer menção à qualidade do ensino que, obviamente, continua mais alto nos estabelecimentos particulares de ensino, e, conseqüentemente, entre a população das áreas não-favela. O sentido de “qualidade de ensino” aqui é muito objetivo - ensino de qualidade é aquele que treina o aluno para desenvolver as qualidades bem remuneradas pelo mercado.

A queda do hiato educacional deveria nos levar a crer que a renda real dos moradores de favela deve aumentar e que o hiato de renda irá diminuir quando esses novos “letrados” favelados conquistarem seu espaço no mercado.

O gráfico a seguir sugere que não é bem assim...



Fonte: IBGE, Censo 2000.

O gráfico acima relaciona a renda domiciliar per capita média dos responsáveis por domicílios com a escolaridade dos mesmos, em cada um dos grupos.

Observa-se que a renda na favela é menor para cada uma das classes de escolaridade, e que o hiato da renda cresce com o nível de escolaridade (apesar dos desvios nas classes “5 a 7” e “9 a 11”). O que se verifica é que o hiato da renda não é fruto unicamente do hiato de escolaridade. Outras características devem estar se somando para gerar o hiato da renda observado no gráfico acima.

Pode-se sugerir algumas:

1) Qualidade do ensino, ou as classes de anos de estudo não são homogêneas - 8 anos de estudo de um morador de favela, em média, não é igual a oito anos de estudo de um morador não-favela devido à qualidade do ensino. Nas classes mais altas, quando há escolha de carreira (seja ensino superior ou técnico), pode-se ainda inferir que os habitantes não-favela têm mais chances de conseguir as vagas para os cursos das profissões mais bem remuneradas, todavia, de acordo com a especificação do conceito de qualidade de ensino que se fez quatro parágrafos acima, essa consideração de seleção para os cursos mais bem remunerados é, também, um simples problema de qualidade de ensino.

2) Seleção dos vencedores - dado qualquer nível de escolaridade os moradores de favela que conseguiram bons salários muito provavelmente saíram da favela. Sendo assim “sobraram” dentro de cada classe os que ganham menores salários.

3) Os moradores do asfalto talvez possuam características, que não educação, que influem na renda, como: background familiar, cultura de empreendedor, perseverança, criatividade. Alguns trabalhos sugerem que esse viés não existe²⁶.

Se essas três hipóteses não forem suficientes para explicar o hiato da renda dentro dos grupos então a única explicação plausível que restaria é a da existência de discriminação contra os moradores de favela no mercado de trabalho.

Existindo ou não a discriminação contra os moradores de favelas, e retomando a discussão anterior sobre a possível queda no hiato da renda motivado pela queda no hiato de educação, a evidência do gráfico anterior nos sugere que o hiato da renda deve permanecer alto entre os grupos (favela x não-favela) mesmo se controlado por educação.

²⁶ 1) Lam, D. e Schoeni, R. “Effects of family background on earning and returns to schooling: evidence from Brasil”. *Journal of Political Economy*, vol.101, 1973. 2) Ashenfelter, O. & Krueger, A., *American Economy Review*.

5. CONCLUSÃO

Vários aspectos foram abordados nesse trabalho e poucas certezas foram obtidas. Em primeiro lugar devemos mencionar o papel falho, quando não corrupto, do Estado em traçar políticas habitacionais que desse conta da demanda por habitação. Desde a Proclamação da República o Rio de Janeiro se transformou em pólo de atração de mão de obra desqualificada. Os milhares de migrantes, mais a população de baixa renda que ia sendo expulsa de suas antigas residências pela reforma urbana se apinhavam nos morros próximos às zonas da cidade que iam vivenciando o progresso, onde havia oferta de empregos.

O governo não nadava em dinheiro porém suas escolhas foram nítidas. Privilegiou-se sempre a reforma urbana visando a transformação da cidade em uma capital européia, considerações sobre a condição de vida miserável da população pobre geralmente ocorriam quando estes se colocavam no caminho do progresso.

A união do descaso do poder público com a pobreza dessa população, que não tinha fonte de renda para participar do mercado mobiliário formal, resultou o crescimento espantoso das favelas ao longo do século XX.

Segundo Abreu²⁷ a partir da década de 30 as favelas passam a constituir a forma alternativa de habitação mais utilizada pela população de baixa renda, mas nada se sabia oficialmente sobre elas, até então não havia qualquer recenseamento sobre as favelas. Isso ocorria por que para o poder público elas não passavam de uma solução habitacional provisória e ilegal, razão pela qual não era necessário estudá-las. Só a partir da década de 40 é que, por motivos de higiene, ocorre o primeiro levantamento para conhecer sua participação no conjunto urbano. Ainda segundo Abreu outro momento que desencadeou o olhar do poder público sobre as favelas foi nas eleições livres de 47 com a votação expressiva que o Partido Comunista recebeu nas favelas. Logo em seguida o Governo realizou o primeiro recenseamento das favelas (porém de baixa qualidade). A partir daí as favelas passaram a existir nas estatísticas oficiais e entraram para o rol das preocupações públicas.

O tratamento do poder público para com as favelas variou muito ao longo das décadas, houveram períodos de políticas visando a melhoria das favelas e a integração ao

²⁷ Maurício de Almeida Abreu em texto já citado anteriormente.

ambiente formal (inclusive com distribuição de títulos de propriedade) e outros de remoção para áreas isoladas ou conjuntos habitacionais. Atualmente o maior programa que trata das favelas é o Favela-Bairro. Este visa a urbanização, melhoria dos serviços públicos e a integração das favelas com o ambiente formal ao redor (por ex. com a construção de praças na entradas das favelas para estimular o convívio dos moradores destas com os habitantes formais da vizinhança).

Para aumentar a eficiência dos gastos públicos na melhoria das condições de vida dos favelados é necessário conhecer a realidade das favelas. Pois estas não constituem ambiente homogêneo, as diferenças inter e intrafavelas são enormes. Neste trabalho algumas características foram abordadas.

Quando agrupadas por tamanho os responsáveis por domicílios em favelas pequenas apresentaram maiores salários e educação do que aqueles de favelas maiores.

Na comparação por tempo de ocupação verificou-se que as favelas antigas estão mais bem equipadas com serviços públicos. As favelas novas apresentaram um perfil mais jovem na sua população, provavelmente fruto da migração. As estatísticas de renda e educação não foram muito ilustrativas uma vez que a amostra reduzida não era muito eficiente para esse fim, porém o desemprego entre as favelas novas ficou na faixa de 18%, o que é um dado alarmante e representa a dificuldade de se conseguir emprego desqualificado especialmente quando se conhece mal a cidade e se chegou há pouco tempo.

No item 5.2, onde se procurou verificar a existência de um padrão de inserção das favelas no ambiente formal do seu entorno, verificou-se que a educação dos moradores das favelas parece não ter relação com a educação das áreas não-favela, indicando, possivelmente, que a rede pública está razoavelmente bem distribuída pela cidade. A renda apresentou tendência de variar positivamente com a média de renda da região onde a favela se encontra, o que indica que os moradores das favelas se beneficiam de estarem numa área mais rica da cidade, onde circula mais dinheiro e há melhores condições de trabalho.

O aumento da renda real dos favelados passa por melhorias da educação, porém verificamos que o hiato de renda se mantém quando controlado por idade. Todos os problemas que a variável educação apresenta (especialmente qualidade) não parecem ser suficientes para explicar essa persistência do hiato de renda dentro dos grupos educacionais. Uma explicação possível é que os moradores de favelas são vítimas de discriminação dentro do mercado de trabalho. Provar cientificamente é que é mais

complicado. Assim o problema continua sem explicação, porém com uma certeza generalizável para quase toda a população pobre do Brasil: é urgentemente necessário melhorar o ensino público! Voltemos para o problema habitacional.

Problema esse que não é culpa desse governo, nem do anterior, mas já se arrasta por décadas. O fato de a favela ter virado parte da paisagem cotidiana do carioca não é desculpa para considerá-la normal. A expressão “normal” não deve ser confundida com o adjetivo “comum”, esse expressa a realidade: “a favela é comum de ser encontrada na cidade do Rio de Janeiro”. O termo “normal”, nesse caso, expressa julgamento de valor sobre o que é ou não socialmente aceito. A forma de habitação nas favelas não é. Essa solução habitacional nasceu da necessidade de sobrevivência de milhares de pessoas que certamente prefeririam a segurança e as facilidades de uma residência dentro dos padrões legais, mas não foi possível por um simples motivo: dinheiro. Aqueles que foram morar nas favelas não o tinham (e continuam sem ter hoje) e o governo tinha outros interesses como já foi mencionado.

Mas também não são as considerações sobre o que deveria ter sido feito que vão solucionar o problema. Nesse momento é necessário uma política habitacional de curto e médio prazos ininterrupta, possivelmente com um novo Banco de Habitação (já que o antigo foi extinto na década de 80) e a melhoria do ensino público, para que no futuro uma maior parcela da população possa ter acesso ao mercado mobiliário formal.

6. Bibliografia

Vial, Adriana M. de Pinho - “Evolução da Ocupação das Favelas na Cidade do Rio de Janeiro” - Junho de 2001, disponível no site da prefeitura do Rio de Janeiro www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Abreu, Maurício de Almeida - “Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro” - 1994, Estudos e Debates número 37.

Adalberto Cardoso, Peter Elias, Valéria Cardoso - “Parte II - Discriminação espacial: o caso dos moradores de favelas cariocas”.